

EM DEBATE

A FORMAÇÃO
DO MERCADO INTERNO
EM PORTUGAL, 1810-1913

MARIA FERNANDA ALEGRIA

Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras de Lisboa

A dissertação de doutoramento em Sociologia e Economia Históricas apresentada por José David Gomes Justino à Universidade Nova de Lisboa¹ merece ampla divulgação entre sociólogos, economistas, geógrafos, historiadores e outros estudiosos do passado recente português. Trabalho ambicioso, que se espera possa ser brevemente editado², vem colmatar algumas importantes lacunas do conhecimento de um período da história do nosso país que, felizmente, começou a despertar o interesse dos investigadores portugueses.

A escolha do tema (a formação do espaço económico nacional entre 1810 e 1913) e a dimensão do trabalho (1057 pp.) dão à partida uma noção da coragem do autor e desvendam até um pouco da sua personalidade. Licenciado em Economia, David Justino dedica-se desde o início da sua carreira científica à História Económica e Social, procurando incutir em quase todos os seus estudos uma perspectiva geográfica. É talvez nessa busca do ecletismo, por parte de um jovem de espírito curioso e audaz, que residem algumas das fragilidades da sua dissertação, mas é também aí que está o interesse da sua apreciação crítica e divulgação.

A tese contém dois volumes, a que correspondem duas partes. Na primeira, *Estrutura Económica e Disparidades Regionais em Portugal nos Meados do Século XIX*, procura fazer-se, ao longo dos sete capítulos que a constituem, uma espécie de radiografia de cariz económico do país, em 1848 ou 1852, dando-se ênfase ao espaço; nos quatro capítulos da segunda parte, *Recuperar o Tempo, Reordenar o Espaço*, que termina com anexos e uma extensa lista classificada de fontes e bibliografia, domina, sem ser exclusiva, a componente temporal, num conteúdo marcadamente orientado para o estudo dos preços.

Mercado nacional ou espaço económico nacional?

Esta interrogação tem razão de ser. Senão vejamos. A estrutura do trabalho compreende um capítulo 0, «À partida os problemas», uma primeira parte que inclui três capítulos em que se analisam sucessivamente a produção agrícola, a pecuária e a pesca e a indústria, seguindo-se um capítulo dedicado ao consumo (cap. 4), outro ao comércio interno (cap. 5) e outro aos preços (cap. 6). A primeira parte termina com «Fazer o balanço, relançar os problemas».

No segundo volume retoma-se a questão dos preços, agora numa perspectiva temporal (cap. 8). «O crescimento económico e as disparidades regionais» são o tema do capítulo 9. Antes do final, onde se coloca a questão da formação do mercado nacional (cap. 11), introduz-se um capítulo (cap. 10) que toca assuntos tão variados como a crise do «centro» e das «periferias», o novo quadro jurídico, os transportes (estradas e caminhos de ferro), o sistema métrico decimal, a informação, a política aduaneira e pautal, a banca, o crédito e a moeda.

Descrita sumariamente a estrutura do trabalho, voltemos à questão colocada. Se, como parece, para David Justino era essencial a distinção entre «espaço económico nacional» e «mercado nacional» não teria sido preferível colocar no início, e não no capítulo final, a questão da definição de «mercado nacional» e adaptação desta noção ao trabalho que se iria desenrolar? David Justino afirma ter sido intencionalmente que evitou utilizar a «noção de *mercado nacional*, tendo recorrido, em alguns casos claramente identificados, à expressão “mercado à escala nacional” [porque] para além da melhor adequação da expressão às situações analisadas [deparou] com a indefinição da maior parte dos autores quanto àquela noção» (p. 940). Já no final acrescenta que a alteração, «não obstante formal, acaba por justificar o título deste trabalho: enquanto resultado de um processo global terá mais sentido falarmos em *espaço económico nacional* do que em *mercado nacional*. O termo *mercado* acaba por ser

limitado relativamente ao quadro teórico que pretendemos esboçar» (p. 960).

As razões da alteração parecem-nos pouco claras e até algo contraditórias: se ela é meramente formal, a longa explicação anterior (de que demos apenas extractos) não se justifica; se não o é, fica por perceber porque é que a expressão «mercado nacional» limita o enquadramento teórico do estudo e tal não sucede com a de «espaço económico nacional». Será, na realidade, o conceito do mercado nacional um subconjunto do de espaço económico? Ou o que se pretendeu foi dar ênfase à dimensão espacial num trabalho em que se tenta estudar a formação do mercado nacional? Seja ou não fundamentada a alteração proposta (ainda que menos clara), seja ela formal ou, afinal, de conteúdo, a discussão destas questões era mais útil no começo, no capítulo zero (podendo vir a retomar-se), onde são expressos os propósitos do trabalho: «Se considerarmos a tripla divisão da actividade económica — produção, circulação e consumo — poderemos dizer que este nosso trabalho visa preferencialmente a circulação. Esta, contudo, não se define por si, mas pelo conjunto de relações que se estabelecem entre produção e consumo. Daí que estas duas “esferas” estejam sempre presentes. Pensamos que a historiografia portuguesa se tem caracterizado por privilegiar a óptica da produção [...]. Ora, é nossa ideia que os problemas da economia portuguesa decorrem, em grande parte, de factores bloqueadores que se inscrevem na óptica da procura. Eis porque dedicaremos uma especial atenção a esta perspectiva» (p. 18).

A intenção expressa foi em muitos aspectos conseguida, noutros ficou necessariamente menos completa. O desenvolvimento da rede ferroviária, por exemplo, importante factor (e simultaneamente consequência) para o desenvolvimento das relações comerciais entre as várias áreas do país, mereceu apenas uma curta exposição (pp. 842-861) que não se coaduna com a afirmada primazia da circulação. A delimitação regional que o autor propõe (pp. 844-855) com base «no acesso ao trans-

porte rápido e eventualmente barato» (sem que a velocidade ou os preços sejam efectivamente estudados), não apresenta contornos idênticos à que, no capítulo anterior, o autor tinha adoptado como base de análise. Este é assunto que a seguir retomaremos, pois a leitura que pretendemos transmitir é sobretudo geográfica.

O desenrolar do trabalho. Leitura de um geógrafo.

A apresentação dos resultados da longa pesquisa sobre a produção agrícola e pecuária (trigo, centeio, batata, vinho, azeite e gados) é feita em mapas simples e expressivos. Quase todos os apuramentos se referem a 1848 ou a 1852, o que permite obter uma imagem bastante completa das características da distribuição da produção agro-pecuária em Portugal nesse período. Não queremos deixar de ressaltar a boa impressão geral que as figuras deixam (apesar de a não podermos generalizar a todos os mapas), porque é relativamente rara em trabalhos de economistas, historiadores ou sociólogos. A cartografia tem os seus princípios, frequentemente desconhecidos ou adulterados, o que só excepcionalmente sucede no trabalho de David Justino.

A indústria é mais difícil de tratar porque as fontes são mais escassas e pouco seguras. É por isso uma questão ainda polémica. O padrão de localização das actividades do sector em 1852 (com base no inquérito desse ano) e a relação entre indústria e mercado e indústria e política pautal são tratados cuidadosamente, com o pormenor que as fontes e o âmbito do trabalho permitem. Sobre algumas questões não se pode tomar partido e opta-se pela via da prudência: *a)* «há que reconsiderar o tão pro-palado livre-cambismo, que se manifesta mais na polémica do que na sua implementação»; *b)* «haverá que considerar se esse bloqueio [da indústria portuguesa] não resulta mais de condições internas do que da concorrência externa»; e *c)* «em ter-

ceiro lugar haverá que questionar o próprio protecçionismo ou seja [...] até que ponto não foi ele próprio um travão da modernização industrial» (p. 177).

Se sobre estes problemas uma opinião inequívoca é arriscada, como o autor reconhece, seria, mesmo assim, desejável que, com base nos dados trabalhados, a opinião do autor fosse mais transparente. Não serão cruciais neste trabalho as relações entre desenvolvimento da indústria e formação do mercado interno? Fazer ressaltar a «excepcional concentração geográfica» (p. 153) e acrescentar «às duas regiões polarizadas por Lisboa e Porto [...] o eixo Covilhã (Serra da Estrela) - Portalegre» (p. 160) não basta para o leitor formar uma opinião, e perceber a do autor, sobre o papel da indústria no desenvolvimento económico e regional de Portugal no século XIX. Ainda que a opinião de David Justino não seja clara, devemos reconhecer que é inovadora a sua leitura sobre a dinâmica e a hierarquia dos vários pólos industriais, as relações entre produtores, comerciantes e consumidores e também entre Portugal e outros países.

Inventariada a produção, passa-se ao consumo (cap. 4) e ao comércio (cap. 5). «O quadro traçado é o de um Portugal compartimentado, de uma economia de mercados locais, de um comércio que se circunscreve à curta distância, uma procura pulverizada incentivando o pequeno trato» (p. 250). As deficientes condições dos transportes no território (pp. 233-264) são importantes factores dessa compartimentação. O interessante estudo das feiras e mercados (pp. 368-408), dos vendilhões e almocreves (pp. 401-433) e dos principais fluxos de comércio de alguns bens essenciais (cereais, azeite, vinho, gado e lã) documentam com bastante cuidado essa ideia de compartimentação, resultante nuns casos de factores naturais, definida noutros por motivos de ordem económica e social. Os mapas que mostram os locais de residência dos comerciantes de várias feiras e as próprias figuras da distribuição de feiras anuais (p. 401) e mercados mensais e semanais em 1851 (pp. 404-405) ilustram claramente as diversas expressões espaciais desta imprescindível (e

ainda actual) forma de comércio ambulante. A interpretação que David Justino nos dá sobre o padrão de distribuição e variedade de dimensões de feiras e mercados (pp. 395-396) reflecte no entanto a dificuldade da sua explicação. Será por isso que a sua prosa parece ter-se tornado tão hermética nestas duas páginas?

Com a definição das principais rotas de comércio dos bens atrás indicados procura alargar-se a pesquisa que Albert Silbert tinha feito cerca de vinte anos antes para o trigo no Sul do país, embora não se tentem aqui cartografar esses fluxos (o que, embora esquematicamente, Silbert conseguiu). A ser ultrapassada esta lacuna — provavelmente justificada pelo grande número de produtos e por se estudar aqui todo o país — enriquecer-se-ia muito o trabalho e facilitar-se-ia a leitura.

A seguir à análise do comércio interno tenta-se perceber, no capítulo 6 (pp. 439-511), a distribuição regional dos preços do trigo, milho, centeio, azeite e vinho, em vinte e quatro mercados, a partir de registos camarários semanais, mensais ou anuais entre 1856 e 1885. Tratando-se de cinco espécies, vinte e quatro mercados e trinta anos, e não sendo o rigor das fontes indiscutível, o problema da escolha do processo de tratamento dos dados era delicado. David Justino utilizou três tipos de análise quantitativa: o cálculo das médias dos preços, o dos coeficientes de variação que definem a dispersão em relação ao preço médio e, finalmente, a análise factorial em componentes principais.

Os resultados dos dois primeiros tipos de análise são expressos em figuras onde se localizam os vinte e quatro mercados, indicando-se, junto a cada uma, os coeficientes de variação dos preços de cada bem e um índice dos desvios à média calculado a partir da atribuição do valor 100 à média dos preços dos mercados em análise. É tentador, depois de todos os cálculos que tantos valores exigem, proceder a uma delimitação de «mercados», definidos em função dos preços de cada produto. Mas essa delimitação é também arriscada, de contornos muito impre-

cisos e pouco concludente. O autor sintetiza deste modo os resultados: «Destes dois primeiros níveis de análise [...] pensamos ser de destacar algumas ideias de base. A mais importante é talvez a [...] de não ser possível qualquer linha de diferenciação que possa ser comum aos cinco produtos estudados [...]. Daqui se conclui que um modelo rígido de dualidade litoral-interior ou norte-sul não encontra, ao nível destas duas medidas estatísticas, fundamento minimamente seguro» (p. 472); «Um outro aspecto que importa salientar é o que se prende com o facto de nem sempre se verificar uma correlação entre regiões produtoras de um determinado bem e zonas de preço baixo» (p. 474). Aflora-se aqui um dos objectivos essenciais deste trabalho — a caracterização da oposição norte-sul e litoral-interior —, tentativa que prossegue em capítulos posteriores e a que voltaremos a referir-nos.

Da aplicação da análise factorial em componentes principais aos mesmos dados, o autor conclui: «A principal ideia que poderemos retirar [...] é a de que não obstante a imagem criada de uma economia fragmentada, de acentuadas disparidades, nomeadamente no comportamento dos preços dos produtos agrícolas, estes deixam transparecer uma considerável sincronia nas suas flutuações [...]. O problema que se poderá colocar é o de saber até que ponto uma maior ou menor concordância na variação dos preços constitui um indicador razoável do grau de integração das economias regionais» (pp. 504-505).

Posta a questão nestes termos, David Justino diz que «poderemos estar em presença de um conjunto de mercados que numa conjuntura específica demonstrassem uma elevada identidade de comportamento dos preços à escala nacional sem a existência de um mercado nacional, categoria analítica que tende a associar-se a um processo de desenvolvimento económico particular próprio das sociedades capitalistas» (p. 507). Já no final deste capítulo, o autor conclui que «poderemos ter *mercados à escala nacional* em que os casos mais relevantes são o azeite

e o trigo; não temos decerto um *mercado nacional*, muito menos uma *economia nacional*» (p. 509).

Parece-nos que as ilacções finais de David Justino ultrapassam, e contradizem até, os resultados que os tratamentos efectuados, e sobretudo a análise factorial, mostram. Apesar do enorme esforço que o tratamento e a interpretação de tantos dados representa, o autor acaba por reconhecer que os resultados podem não ser concludentes, pois «a análise factorial analisa comportamentos expressos pelas variações, mas ignora os níveis diversos em que se processam essas variações. Quer isto dizer que, não obstante a elevada covariância dos preços dos mercados regionais, continuam a evoluir a níveis relativamente díspares» (p. 508).

Em resumo: a diferenciação de mercados, ou a sua integração, a partir da variável «preços» de cinco produtos agrícolas, em vinte e quatro mercados e ao longo de trinta anos (1856 a 1885) é arriscada e os resultados muito dependentes dos processos de tratamento dos dados (e talvez da sua escolha) ou do rigor das fontes; qualquer que seja a razão, os resultados não permitem conclusões seguras.

No capítulo final do primeiro volume, «Fazer o balanço, relançar os problemas», a tentativa essencial é a de definir regiões económicas em Portugal nos meados do século XIX, tentativa que prossegue no capítulo 9 da segunda parte (depois de outro longo capítulo — pp. 589-729 — dedicado à análise da evolução dos preços e salários). Atingir tal objectivo era à partida tarefa ingrata. O próprio conceito de «região económica» é polémico. David Justino começa por definir o que entende por região (omitindo desta vez a categoria «económica»): «É, antes de mais, um conjunto de espaços diversificados que se hierarquizam de forma múltipla, de acordo com as funções que desempenham, as relações que entre si estabelecem, as proporções que, em relação à totalidade, assumem» (p. 570). Admitido este conceito (aquele por que opta após mostrar que domina boa parte da bibliografia geográfica a esse respeito) é difícil conciliá-lo com a rigidez

da divisão regional que serve de base, no capítulo 9, para analisar as disparidades de crescimento económico. São quatro as regiões propostas, que o autor cartografa no mapa 9.1. (p. 785):

Norte Litoral — distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e Coimbra;

Norte Interior — distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda;

Sul Litoral — distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Faro (este não assinalado no mapa como pertencendo ao mesmo grupo dos outros três distritos);

Sul Interior — distritos de Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

Este suporte espacial para análise do crescimento da agricultura, pecuária e indústria tem por finalidade, como se refere na página 783, fazer salientar a dualidade norte-sul, tanto ou mais vincada do que a litoral-interior, à qual, segundo David Justino, tem sido dada maior ênfase.

A simplificação pode ser tentadora. Mas não estará viciada à partida? Em primeiro lugar, análises anteriores (cap. 6) não tinham permitido definir limites de regiões económicas, mesmo quando se estudaram anos próximos, poucos produtos e um só indicador — preços. Por outro lado, se, como é provável, as disparidades no interior de cada uma das «regiões» forem mais acentuadas do que as que ocorrem entre elas e, ainda, se os limites das regiões não são os mesmos quando se analisam diferentes indicadores (como se viu nos capítulos 5 e 6), que razão poderá legitimar uma divisão que é afinal administrativa (limites de distritos) e não necessariamente económica? É certo que as fontes podem ser uma limitação. Mas se ela existe e é insuperável não teremos de contar com ela em vez de a ilidir? A coerência entre os conceitos teóricos e o uso que deles se faz tem que estar presente. Neste caso, a grosseira delimitação regional proposta subverte o conceito de região dado à partida.

A prudência que os geógrafos teriam em delimitar regiões é talvez fruto da consciência da multiplicidade de conceitos asso-

ciados ao termo e dos problemas de ordem prática que a sua aplicação coloca — problema, aliás, de ontem como de hoje. O trabalho de David Justino, tocando em vários domínios científicos, torna-se vulnerável à crítica de cada um.

Um dos capítulos mais trabalhados parece-nos ser o capítulo 8, um dos mais longos, onde se estuda a evolução dos preços dos seguintes produtos: cereais (trigo, milho, centeio), vinho, azeite, batata, carne de vaca e de porco, lenha, lã, linho em rama e têxtil de linho, de 1810 a 1913, em seis mercados (nem sempre os mesmos em todos os bens por ausência ou insuficiente rigor das fontes). A evolução dos salários é também afluída, mais sumariamente do que a dos preços, no final deste capítulo. Saliente-se a decisão de analisar preços de tantos produtos no decurso de mais de cem anos, mas registe-se também que não nos parece correcto definir regiões económicas a partir de um número tão restrito de mercados. Neste capítulo, o estudo da evolução dos preços foi mais cuidado do que o da sua distribuição no território. Apesar disso não deixamos de notar que nos parece um pouco abusiva a menção, no título da dissertação, do período 1810-1913, porque, na realidade, é este o único capítulo em que ele é respeitado. A primeira parte centra-se nos anos de 1848 ou 1852, salvo o capítulo 6, que cobre os anos de 1856 a 1885, e na segunda há apenas referências esporádicas a épocas anteriores ou posteriores. As razões da escolha destas balizas temporais são mal esclarecidas. Acreditamos que elas não tiveram origem no período que uma fonte recobre e que numa próxima edição o leitor se possa aperceber melhor das razões das datas mencionadas no título.

David Justino quis oferecer-nos uma nova visão da história económica de Portugal no século XIX, objectivo que a muitos não pareceria possível uma só pessoa levar a cabo. Ele conseguiu-o e viu recompensado o seu esforço com a atribuição, em 1987, do Prémio Gulbenkian de Ciência e Tecnologia.

Esta dissertação tem, naturalmente, imprecisões e levanta dúvidas na perspectiva de cada uma das especialidades que toca. Essas falhas têm exactamente origem na sua vastidão e, ao mesmo tempo, especificidade de conteúdo. As críticas que esta obra suscita, embora pertinentes, não lhe retiram o seu valor. É um trabalho que os estudiosos do século XIX português não podem deixar de conhecer, pois as questões que se levantam, as hipóteses que se colocam e as interpretações avançadas convidam a reflectir. Geógrafos, historiadores, sociólogos e economistas têm nesta dissertação um largo campo para frutuosas discussões e amplas pistas para futuras investigações.

NOTAS

¹ José David Gomes Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal (1810-1913)*, vols. I e II, Lisboa, 1986, 1057 pp. As provas públicas tiveram lugar em Janeiro de 1987.

² A publicação estava já decidida na altura em que este texto acabou de ser escrito (fim do Verão de 1987).

**UM COMENTÁRIO À RECENSÃO
DE FERNANDA ALEGRIA***DAVID JUSTINO*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

A resposta do autor a uma recensão crítica sobre o seu trabalho nem sempre é entendida da forma mais correcta, nomeadamente pelo facto de ser um acto raro entre os historiadores portugueses. Neste sentido, esta resposta só terá razão de ser na medida em que conseguir ultrapassar a polémica estéril para se inserir no âmbito do debate científico, onde o confronto de ideias é bem mais importante que o confronto de pessoas, escolas ou formações académicas.

Começo por lembrar o facto de a versão do trabalho que foi objecto da leitura e análise de Fernanda Alegria ter sido concluída em Agosto de 1985. De então para cá, alguns dos problemas de ordem teórica e metodológica que coloquei foram objecto de uma reflexão mais apurada, o que conduziu à sua reformulação. Algumas das ideias que então defendi surgem hoje desajustadas, outras saem reforçadas. Umhas podem dar razão a alguns reparos feitos por Fernanda Alegria, outras afastam-se ainda mais das concepções explícitas ou implícitas na sua crítica. Não terei oportunidade de apresentar e discutir todas elas — para quem tiver interesse (e paciência), a leitura da última versão do trabalho, lançada no mercado livreiro durante o mês de Março de 1988, poderá superar algumas das limitações a que uma intervenção deste tipo está sujeita —, pelo que centrarei a minha exposição nos aspectos que considero mais relevantes na crítica de Fernanda Alegria.

Esses aspectos são os seguintes:

- a metodologia e a proposta de delimitação regional;
- a clarificação dos termos «mercado nacional», «mercado à escala nacional» e «espaço económico nacional», bem como a sua utilização no quadro da economia e da sociedade portuguesa do século XIX e princípios do século XX.

Começaria por justificar o âmbito cronológico em que desenvolvi a análise dos problemas relacionados com aqueles aspectos, questão que é também objecto de crítica de Fernanda Alegria, nomeadamente o facto de as razões da escolha de determinados períodos para certos passos de análise terem ficado «mal esclarecidas».

Porquê 1810-1913?

Porque, no caso português, o processo de formação do espaço económico nacional — tal como o caracterizo no último capítulo do trabalho — é contextualizado por uma conjuntura particular: um longo período que designo por *interciclo dos impérios*, quando o processo de ruptura com o Brasil se desenvolve, associado às novas condições económicas, sociais e políticas internas decorrentes das invasões francesas, até ao assumir definitivo da opção ultramarina que se manifesta com a Primeira Guerra Mundial. Durante este período, Portugal é confrontado com a necessidade de se «ajustar» e reidentificar com o seu território continental. Penso que, de forma mais ou menos explícita, esta minha opção está presente no capítulo 0 e ao longo de todo o trabalho.

Porque é que escolhi os meados do século XIX para fazer uma caracterização da estrutura económica portuguesa, em especial da sua projecção espacial, tentando definir os principais eixos de diferenciação regional?

A maior parte das teses sobre o processo de desenvolvimento económico português apontam para a segunda metade do século XIX como o período em que Portugal entra decisiva-

mente na era do progresso e em que o capitalismo moderno se implanta. Em termos espaciais, a política de fomento do Fontismo é geralmente apontada como factor determinante do reordenamento do território e como origem das disparidades regionais que se acentuam a partir de então.

Perante este quadro problemático, não seria forçoso recorrer à caracterização da estrutura económica e dos complexos espaciais para um período imediatamente anterior ao da adopção da referida política de fomento?

É certo que pude dispor para esse período de um acervo documental relativamente vasto, mas posso afirmar que poderia recorrer a outros conjuntos de fontes para épocas diferentes — anos 20, 40 ou 80. Só que não eram esses os períodos requeridos pelo quadro problemático que havia previamente elaborado.

O facto de definir como balizas cronológicas os anos de 1810 e 1913 não obriga ninguém a tratar exaustivamente todos os períodos e subperíodos por elas limitados. A maior ou menor profundidade, a maior ou menor exaustão com que se analisam certos períodos são determinadas pelos problemas que desejamos resolver e não pela obrigatoriedade de exploração por completo e por igual de toda a extensão temporal limitada pelas balizas cronológicas.

Assim, não creio que a menção no título ao período de 1810-1913 seja «abusiva». Ela é plenamente justificada pelos referenciais cronológicos em que assenta o quadro problemático. Por outro lado, considero injusta e incorrecta a leitura que Fernanda Alegria fez e que a levou a escrever que na «segunda [parte do trabalho] há apenas referências esporádicas a épocas anteriores ou posteriores» a 1848 e 1885. Mesmo a partir de uma leitura rápida sobre os quadros se poderá constatar o contrário.

Abordemos agora o primeiro dos dois aspectos que me pareceram centrais na recensão de Fernanda Alegria, a saber: a metodologia e a proposta de delimitação regional.

Desejaria desde já desfazer um equívoco: não são «quatro as regiões propostas» que aparecem cartografadas no mapa 9.1. da página 785. Como se poderá constatar pela legenda do referido mapa, trata-se de «unidades espaciais para a análise das disparidades regionais». Partindo de uma dupla dualidade, litoral-interior e norte-sul, pretendi demonstrar que as disparidades, medidas sobre o segundo daqueles vectores de diferenciação, tornaram-se mais acentuadas que as do primeiro.

Como defendi no capítulo 7, considero apenas a existência de duas regiões económicas — de acordo com o que eu entendo por região económica —, a saber: uma Região Norte polarizada pelo Porto e uma Região Sul polarizada por Lisboa. E o interior? A tese que tentei defender resume-se na ideia de que o interior é ele próprio cindido pela divisão norte-sul, na medida em que é partilhado pelas duas lógicas de desenvolvimento regional polarizadas pelos dois centros dominantes. Ou seja, as áreas interiores do continente funcionam claramente como periferias dos centros localizados no litoral.

Neste sentido, os dois eixos de diferenciação regional deverão ser entendidos segundo lógicas de desenvolvimento espacial completamente diferentes: a dualidade norte-sul ao nível do inter-regional, a dualidade litoral-interior ao nível do intra-regional.

Abordemos então o problema da delimitação das regiões económicas.

Começamos por esclarecer que o objectivo central da tese não é o de delimitar as regiões económicas. Trata-se de um requisito indispensável. Não mais do que isso! A questão que deve então colocar-se é a de se saber a que nível de profundidade da análise se deveria chegar, conciliando o máximo de rigor com a disponibilidade dos dados e, acima de tudo, com os requisitos do quadro problemático inicial. Será que os ganhos — entendidos como contributos para o esclarecimento dos problemas — obtidos com uma maior precisão na delimitação regio-

nal seriam suficientemente vultuosos que justificassem o excepcional acréscimo de esforço de análise? Para mim, a resposta a esta pergunta é negativa.

Fernanda Alegria poderá considerar a delimitação proposta de «grosseira», em grande parte porque decidi pelo nível distrital e pelo facto de as unidades espaciais de análise propostas resultarem da associação de distritos. Esta opção levou-a a concluir tratar-se de «uma divisão que é afinal administrativa (limites de distritos) e não necessariamente económica». Esta crítica merece alguns reparos.

Em primeiro lugar, deverei dizer que a divisão administrativa não é uma realidade independente de eventuais divisões económicas, não obstante a diversidade geográfica de alguns distritos.

Em segundo lugar, não deveremos esquecer que somos um país muito pequeno. Repare-se que algumas das análises mais «finas» realizadas sobre a França do século XIX¹ partem do nível «departamento». Ora, trabalhar com 84 departamentos para uma superfície de cerca de 550 000 000 km² acaba por ser mais grosseiro, de acordo com a perspectiva de Fernanda Alegria, do que trabalhar com 17 distritos para uma superfície de 89 km². No primeiro caso, teremos uma dimensão média das unidades de análise de cerca de 6,55 km²; no segundo, essa dimensão média desce para 5,24 km².

Em terceiro lugar, trata-se de regiões económicas que, tal como tive oportunidade de salientar ao longo do trabalho, deverão ser entendidas numa perspectiva diacrónica, em que os seus limites se tornam relativamente flexíveis, contrariamente à ideia de limitações rígidas e imutáveis. Consideram-se zonas de demarcação e não linhas. Neste sentido, que utilidade teria descer ao nível do concelho? Portugal não era (e não é), em termos económicos, tão grande e tão diverso.

Em quarto lugar, interessou-me mais fazer salientar os grandes vectores de diferenciação regional, a desigualdade (no

espaço) das dinâmicas de desenvolvimento económico, o problema da articulação dos grandes espaços, que perder-me numa delimitação regional que por tão fina e precisa acabava por comprometer a análise do seu comportamento ao longo do período considerado.

Por último, valerá a pena perguntar se haverá alguma metodologia alternativa que me permita reunir a diversidade das fontes sobre as diferentes actividades económicas e dela extrair medidas precisas e objectivas de identidade regional. Como se poderá conciliar volumes de produção com fluxos comerciais, tabelas de relações com espectros funcionais, dados qualitativos com quantitativos, hipóteses que substituem lacunas documentais com variáveis ordinais ou ordens de grandeza? E tudo isto a um nível inferior ao do distrito?

128

A preocupação de Fernanda Alegria com a exaustão da análise, embora salutar, raia o impossível. Vejamos um exemplo. A determinado passo escreve: «[...] não nos parece correcto definir regiões económicas a partir de um número tão restrito de mercados. Neste capítulo, o estudo da evolução dos preços foi mais cuidado do que o da sua distribuição no território». Fernanda Alegria sabe perfeitamente que a construção das séries de preços foi feita a partir da recolha de dados a nível local. Sabe igualmente que essa recolha foi feita ao longo de três anos em condições que nem valerá a pena lembrar (para quê falar do estado dos arquivos, da existência ou não do tipo de fonte requerido, do não financiamento da investigação, etc.?). Mesmo assim, reuni, para um período de trinta anos — sobre o qual analisei a geografia dos preços —, um máximo de vinte e quatro e um mínimo de vinte mercados, consoante os produtos. Sobre estes mercados construí um esboço de tipologia que me permitiu seleccionar alguns considerados representativos. Com estes construí séries seculares que foram objecto de análise.

Como é sabido, o cálculo dos índices de preços baseia-se sempre em amostras e lida sempre com intervalos de confiança.

Por outro lado, estava condicionado pela escassez de séries homogêneas, contínuas e comparáveis para o período compreendido entre 1810 e 1913. Não obstante esta limitação — que é decisiva! — construí médias nacionais com elevada representatividade, o que me permite avaliar a margem de erro em menos de 3%.

Se Fernanda Alegria considera escassos os vinte e vinte e quatro mercados sobre os quais recaiu a análise regional ou se considera uma amostra que admite uma margem de erro não superior a 3% como pouco representativa, conciliando os critérios de máxima extensão das séries e de máxima representatividade espacial, então não vale a pena fazer estudos de história dos preços.

Não costumo recorrer ao auto-elogio, mas também não sou de falsas modéstias, pelo que tenho de lembrar que nada de equiparável foi feito em Portugal para esta época nem — porque não dizê-lo? — para a maior parte dos países europeus.

Entremos então no segundo grande tema, sem dúvida o mais importante, que seleccionámos de entre os diversos aspectos abordados por Fernanda Alegria: o do mercado interno, expressão que escolheu para titular a sua recensão crítica.

Fez bem em recorrer a um termo que é claramente neutro — «interno» —, não arriscando utilizar as expressões «mercado nacional» ou, como eu proponho, «espaço económico nacional» e «mercado à escala nacional». Eu arrisquei, tentei inovar, abri a polémica, submeti-me à crítica e cá estou para colaborar, porque é assim que a investigação científica poderá avançar.

Quando esbocei o quadro problemático que me levou a enveredar por este tipo de análise, baseei-me nos contributos teóricos e empíricos que a economia e a história económica consagram nesta área temática. Como tive oportunidade de referir no trabalho, secundando uma ideia de Fernand Braudel, não encontrei nas várias obras consultadas uma definição de mercado nacional ou, pelo menos, o consenso em torno de um

conjunto de requisitos cuja satisfação permitiria afirmar que a partir de uma determinada época poderíamos falar de mercado nacional para uma determinada economia.

O que encontrei foi uma indefinição generalizada. Porém, detecta-se um conjunto de associações entre os processos de formação do mercado nacional com o processo global de desenvolvimento das economias capitalistas, com o desenvolvimento industrial, a progressiva uniformização do comportamento regional dos preços ou a implantação de uma nova estrutura de transportes, em especial com o alargamento da rede ferroviária.

O facto de existirem alguns estudos que acabam por estabelecer essas associações entre o referido processo de estruturação de um mercado nacional e um conjunto de transformações sectoriais não nos permite partir de uma ideia prévia de mercado nacional e depois verificar se, para o caso português e a partir de uma determinada época, a sua existência é verificada. Eis a razão por que eu não defini «mercado nacional» logo na introdução do trabalho. Optei por construir uma metodologia própria que me conduzisse a um conjunto de requisitos, sistematicamente relacionados, para a existência de um mercado nacional. Considerei, como não poderia deixar de ser, os contributos parciais de autores como W. Kula, E. Sereni, N. Sánchez-Albornoz, F. Braudel, entre os mais recentes, e Adam Smith, R. Cantillon, K. Marx ou J. H. Von Thünen, de entre os clássicos, e tentei construir o meu próprio modelo, enquanto resultado da integração dos contributos teóricos e empíricos daqueles autores e a reflexão que fiz sobre o caso português.

Uma outra razão justifica aquele percurso. A noção de mercado nacional não é um conceito, mas, como o afirma Sereni, uma categoria histórica associada a um particular processo de mudança estrutural nas economias contemporâneas.

Não ignoro que alguns autores, nomeadamente de determinadas correntes de inspiração marxista, têm uma visão apa-

rentemente simples deste problema. Veja-se o exemplo de Wu Chengming divulgado por Michel Cartier². Este economista-historiador, analisando o processo de formação do mercado nacional chinês, parte da distinção entre quatro tipos de mercados que se hierarquizam em função da escala espacial em que cada um opera. Considera, assim, os mercados locais típicos do meio rural, os mercados urbanos, os mercados regionais e o mercado nacional. Para além de um problema de escala — a área de influência de cada um dos mercados — introduz o problema do tipo de troca a que cada um destes mercados tende a associar-se, ou seja, o tipo de relação mercantil determinado pela divisão social do trabalho. Ora segundo aquele autor só existe mercado nacional quando num *mercado à escala nacional* — baseado em fluxos a longa distância — se estabelece de forma dominante — pelo volume de transacções — a troca de tipo capitalista: bens industriais por bens alimentares e matérias-primas de origem agrícola.

Nesta perspectiva, o mercado nacional é apenas um dos níveis do mercado, ou, por outras palavras, um tipo de mercado entre outros. Ele existe independentemente dos restantes.

Ora, a partir da análise do caso português, no século XIX, e das propostas decisivas de F. Braudel, pude constatar que não tem sentido isolar cada um destes níveis mais elevados da hierarquia mercantil, os quais não poderão ser analisados independentemente dos restantes que os sustentam, que os «alimentam». Se nesses níveis domina a troca capitalista, esta não se desenvolve desintegrada dos restantes tipos de troca. Pelo contrário, articula-se com eles, complementa-os, estabelece com eles uma rede de relações de interdependência mas também de dominação.

Penso que, de forma explícita ou implícita, esta ideia ficou clara quando analisei o comércio interno do gado, dos cereais ou do contrabando para Espanha, das feiras do interior com o problema do abastecimento das grandes cidades ou do comércio externo.

Decorrente do mesmo contexto teórico, a projecção espacial dos mercados terá de ser entendida da mesma forma, ou seja, enquanto complexos espacializados de hierarquias múltiplas.

Segundo aspecto em que me afasto de algumas ideias correntes sobre a formação do mercado nacional é o da sua identificação quase exclusiva com o processo de uniformização das conjunturas. Uma das teses que tentei defender é a de que pode verificar-se, durante um determinado período, uma elevada correlação dos preços sem que se tenha processado um conjunto de transformações na estrutura económica global. Basta que haja identidade no espaço de factores não económicos — caso das condições climatéricas, por exemplo. Pode haver correlação dos preços sem haver uma circulação em larga escala das mercadorias. Basta que haja melhor informação associada a uma baixa mobilidade geográfica dos bens.

Confesso que fui induzido em erro pelas elevadas correlações dos preços regionais, obtidas a partir do tratamento das matrizes apresentadas no capítulo 6. Estes resultados não me permitiam tirar as conclusões que tirei sobre o grau de integração regional dos mercados por várias razões, de que destaco os problemas de autocorrelação das séries e os da não comparabilidade das diferentes matrizes — porque considerei os valores absolutos dos preços quando os deveria transformar em valores relativos à média nacional de cada produto.

Entretanto, ninguém me apontou esse abuso — neste caso fui mesmo abusivo, para utilizar a expressão de Fernanda Alegria. Mas, diga-se em abono da verdade, não fiz nem mais nem menos do que outros autores fizeram — casos de E. Sereni e de N. Sánchez-Albornoz.

Terceiro aspecto que desejaria salientar é o da necessidade de contextualizar o processo de formação do mercado nacional com os processos globais de transformação da sociedade portuguesa. Não entendo o primeiro sem o segundo.

Poder-me-ão apontar o capítulo 10 como um grande saco

onde tudo cabe — para utilizar a imagem a que recorreu V. Magalhães Godinho na arguição da tese —, desde o enquadramento jurídico ao desenvolvimento da rede bancária, passando pelos transportes e pelo sistema métrico decimal. Fernanda Alegria parece não ter ficado insensível à variedade dos assuntos tratados. Mas não vejo que outra via poderia ter seguido. O problema que coloquei foi o seguinte: que factores contribuíram para a estruturação de um mercado nacional? Ora, para responder a esta questão, eu teria de considerar um conjunto de transformações que directa ou indirectamente determinaram e condicionaram esse particular processo.

Tem razão Fernanda Alegria quando critica o pouco desenvolvimento dado ao tema da circulação ferroviária. Hoje reconheço que poderia ter concedido mais atenção e «prosa» ao papel que as redes viárias tiveram nessa estruturação. Mas também pergunto: o que fariam, estando no meu lugar, sabendo que estavam em curso nada menos do que três projectos de investigação sobre os transportes em geral e o caminho de ferro em particular conducentes à apresentação de teses de doutoramento — precisamente as de António Lopes Vieira (que ainda pude consultar devido à amabilidade do autor), de Fernanda Alegria e de Magda Pinheiro? Que fariam, sabendo que estes colegas poderiam e deveriam aprofundar mais o tema que para mim era secundário face ao problema central que defini?

Por outro lado, se é inegável a elevada importância do caminho de ferro para a estruturação de um mercado nacional, não o será também a uniformização dos pesos e medidas, a circulação da informação, o crescimento populacional, o desenvolvimento urbano, o novo quadro jurídico, entre tantos outros factores?

Quis ultrapassar as visões estritamente económicas ou geográficas do processo de formação do mercado nacional. Quis salientar esse processo como realidade integrada no processo de reestruturação da sociedade global. Quis referenciá-lo relativamente a um contexto histórico que o define. Neste sentido,

tive necessidade de o distinguir de eventuais situações de *mercado à escala nacional* — lembro-lhe o caso do comércio do gado, por exemplo —, verificáveis tanto para o século XIX como para o século XVII ou XVIII. Ou seja, um mercado que assenta o seu funcionamento numa rede de fluxos supra-regional, precisamente à escala nacional ou rompendo mesmo os limites raianos.

Finalmente, o modelo que identifica esse mercado nacional, tal como eu o elaborei, afasta-se sensivelmente das concepções correntes que o identificam com um nível distinto na hierarquia das trocas e dos espaços que o situam. Por outro lado, adopto a proposta de F. Braudel que entende o capitalismo como um superlativo do mercado mas que tende igualmente a forjar os seus próprios espaços em articulação com os restantes. Neste sentido, poderia manter o termo «mercado nacional», dando-lhe a acepção que acabo de expor sucintamente. Não o fiz e propus como alternativa a noção de *espaço económico nacional*, que me parece mais adequada ao quadro que tracei.

As críticas apontadas por Fernanda Alegria merecem-me um comentário final.

Tenho consciência de que cometi ao longo do meu trabalho alguns erros, de que terei sido menos claro em algumas ideias, de ter eventualmente incorrido em contradições. Tudo isto faz parte do trabalho científico, nomeadamente o não concordar com algumas dessas críticas e o aceitar de outras. Porém, é absolutamente necessário que elas sejam feitas, pelo que desejaria salientar a forma como Fernanda Alegria soube alhear-se da relação de amizade que há anos mantemos para discutir cientificamente problemas de interesse comum. Não esperava outra atitude.

NOTAS

¹ Cf., por exemplo, Hervé Le Bras e Emmanuel Todd, *L'invention de la France*, Paris, 1981.

² «Une Nouvelle Historiographie Chinoise. La Formation d'un Marché National vue par Wu Chengming», in *Annales ESC*, Nov.-Dez., 1986, pp. 1303-1312.